

Belo Horizonte, 05 de abril de 2023

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da  
**Fundação André e Lucia Maggi**  
Cuiabá- MT

Prezados Senhores,

Anexamos o Parecer Final e Conclusivo da Auditoria Externa às Notas Explicativas elaboradas pela Fundação André e Lucia Maggi, referente às Demonstrações Contábeis e Financeiras do período levantado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**R&R AUDITORIA E CONSULTORIA**  
Régis Monteiro Ferreira  
Diretor

# **FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI**

CNPJ: 01.832.808/0001-06

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 15 de março de 2023.

---

**Belisa Souza Maggi**  
Presidente do Conselho Diretor  
CPF: 042.697.239-20

---

**Juliana de Lavor Lopes**  
Diretora Executiva  
CPF: 073.251.377-45

**Balanco Patrimonial**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.**  
**(Valores expressos em reais – R\$)**

		2022	2021			2022	2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota Explicativa			CIRCULANTE	Nota Explicativa		
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	14.886.247,69	12.055.499,07	Fornecedores	14	44.315,32	37.968,23
Créditos Diversos a receber	11	8.381,44	4.535,46	Obrigações Trabalhistas e Sociais	14	239.889,54	174.317,95
Outros Créditos	12	8.826,95	6.108,66	Obrigações Fiscais	14	3.596,04	10.579,35
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>14.903.456,08</b>	<b>12.066.143,19</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>287.800,90</b>	<b>222.865,53</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado	13	80.245,33	70.148,20	Patrimônio Social	15	11.363.774,80	14.205.009,27
Intangível	13	331,32	3.170,04	Ajuste de Avaliação Patrimonial	16	552.821,10	577.277,77
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>80.576,65</b>	<b>73.318,24</b>	Superávit/Déficit do Exercício	17	2.779.635,93	(2.865.691,14)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.984.032,73</b>	<b>12.139.461,43</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>14.696.231,83</b>	<b>11.916.595,90</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>14.984.032,73</b>	<b>12.139.461,43</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Resultado do Período**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.**  
**(Valores expressos em reais – R\$)**

	Nota Explicativa	2022	2021
<b>Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)</b>		<b>6.788.003,20</b>	<b>11.898.089,56</b>
Receita de Doações e Apoio a Projetos		6.534.485,16	11.762.805,84
Receita com Trabalho Voluntário		253.518,04	135.283,72
<b>Receita Operacional Líquida</b>	20	<b>6.788.003,20</b>	<b>11.898.089,56</b>
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)		(5.506.631,61)	(15.085.601,83)
(-) Despesa com trabalho voluntario		(253.518,04)	(135.283,72)
<b>Resultado Bruto. (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)</b>		<b>1.027.853,55</b>	<b>3.322.795,99</b>
<b>(-) Despesas de Custeio</b>		<b>1.645.470,49</b>	<b>334.488,90</b>
Gerais e Administrativas		(98.157,00)	(114.691,05)
Depreciações e Amortizações	13	(22.220,49)	(29.073,69)
Resultado Financeiro Líquido		1.765.847,98	478.253,64
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	21	<b>106.311,89</b>	<b>122.575,16</b>
Outras Receitas		106.311,89	152.029,86
Outras Despesas		-	(29.454,70)
<b>Receitas Não Operacionais</b>	21	<b>0,00</b>	<b>40,79</b>
Distribuição de Sobras – Integralização de Capital		-	40,79
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>		<b>2.779.635,93</b>	<b>(2.865.691,14)</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.**  
**(Valores expressos em reais – R\$)**

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>12.154.625,58</b>	<b>0,00</b>	<b>2.021.041,02</b>	<b>606.620,44</b>	<b>14.782.287,04</b>
<b>Incorporação ao Patrimônio Social</b>	15	2.021.041,02	--	(2.021.041,02)	--	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	16	--	--	--	--	0,00
Transferência para Patrimônio Social		29.342,67	--	--	(29.342,67)	0,00
Superávit do Exercício de 2021		--	--	(2.865.691,14)	--	(2.865.691,14)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>14.205.009,27</b>	<b>0,00</b>	<b>(2.865.691,14)</b>	<b>577.277,77</b>	<b>11.916.595,90</b>
<b>Incorporação ao Patrimônio Social</b>	15	(2.865.691,14)	--	2.865.691,14	--	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		--	--	--	--	0,00
Realização de Avaliação Patrimonial	16	24.456,67	--	--	(24.456,67)	0,00
Déficit do Exercício de 2022		--	--	2.779.635,93	--	2.779.635,93
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>11.363.774,80</b>	<b>0,00</b>	<b>2.779.635,93</b>	<b>552.821,10</b>	<b>14.696.231,83</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.  
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2022	2021
<b>1. ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
	Nota Explicativa		
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>			
Superávit/Déficit do Exercício	17	2.779.635,93	(2.865.691,14)
(+) Despesa com Depreciação e Amortização	13	22.220,49	29.073,69
<b>Superávit/Déficit do Exercício Ajustado:</b>		<b>2.801.856,42</b>	<b>(2.836.617,45)</b>
<b>Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC</b>			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Créditos a Receber	11	(3.845,98)	11.216,56
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Despesas Antecipadas	12	(2.718,29)	8.558,63
<b>Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC</b>		<b>(6.564,27)</b>	<b>19.795,19</b>
<b>Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC</b>			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Fornecedores	14	6.347,09	20.937,99
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	14	13.272,73	8.346,27
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Provisão de Férias e Encargos	14	52.298,86	(11.074,74)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	14	(6.983,31)	9.559,04
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Projetos a executar - Fundo Emergencial	14	0,00	(20,00)
<b>Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC</b>		<b>64.935,37</b>	<b>27.748,56</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>2.860.227,52</b>	<b>(2.789.073,70)</b>
<b>2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
(+/-) Imobilizado - baixas (adições) líquidas	13	(29.478,90)	27.480,70
(+/-) Intangível - baixas (adições) líquidas	13	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(29.478,90)</b>	<b>27.480,70</b>
<b>3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
(+/-) Empréstimo Bancário		0,00	0,00
(+/-) Financiamentos Bancários		0,00	0,00
(+/-) Capital Social		0,00	0,00
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2 + 3)</b>		<b>2.830.748,62</b>	<b>(2.761.593,00)</b>
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Saldo no Início do Exercício	10	12.055.499,07	14.817.092,07
Saldo no final do Exercício	10	14.886.247,69	12.055.499,07

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Valor Adicionado**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.**  
**(Valores expressos em reais – R\$)**

		<b>2022</b>	%	<b>2021</b>	%
	<b>Nota</b>				
	<b>Explicativa</b>				
<b>1. Receitas</b>		<b>8.666.570,74</b>		<b>12.615.761,12</b>	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	20	6.534.485,16		11.762.805,84	
Receita com Trabalho Voluntário	20	253.518,04		135.283,72	
Outras Receitas	21	106.311,89		152.029,86	
Receitas Financeiras		1.772.255,65		565.600,91	
Receitas Não Operacionais	21	-		40,79	
<b>2. Valor adicionado bruto</b>		<b>8.666.570,74</b>		<b>12.615.761,12</b>	
<b>Retenções</b>		<b>22.220,49</b>		<b>29.073,69</b>	
Depreciação e Amortização	13	22.220,49		29.073,69	
<b>3. Valor Adicionado líquido produzido pela organização</b>		<b>8.644.350,25</b>		<b>12.586.687,43</b>	
<b>4. Valor adicionado recebido em transferência</b>		-		-	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		-		-	
<b>5. Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>8.644.350,25</b>		<b>12.586.687,43</b>	
<b>6. Distribuição do valor adicionado</b>		<b>8.644.350,25</b>	<b>100</b>	<b>12.586.687,43</b>	<b>100</b>
Despesas com Pessoal		1.940.906,12	22,45	1.679.330,88	13,34
Serviços de Terceiros		2.212.931,37	25,60	1.220.839,20	9,70
Encargos e Tributos de Terceiros		3.799,44	0,04	4.015,05	0,03
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		990.476,34	11,46	11.941.519,07	94,87
Apoio, Parceria Continua a Instituições		128.902,42	1,49	192.443,00	1,53
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM		129.022,37	1,49	46.828,24	0,37
Despesas de Viagens		100.593,55	1,16	626,39	0,00
Despesas Administrativas		94.747,98	1,10	101.312,62	0,80
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		1.745,64	0,02	11.332,87	0,09
Despesas Financeiras		6.407,67	0,07	2.045,56	0,02
Despesas com Seguros		1.663,38	0,02	87.347,27	0,69
Despesas com Voluntários		253.518,04	2,93	135.283,72	1,07
Outras Despesas		-	-	29.454,70	0,23
Superávit/Déficit do exercício		2.779.635,93	32,16	(2.865.691,14)	-22,77

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

---

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.  
(Valores expressos em reais – R\$)**

---

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Criada em 1997 com a missão de contribuir para o desenvolvimento local e humano, a Fundação André e Lucia Maggi (FALM) é uma organização social sem finalidade econômica, responsável pela gestão do investimento social privado (ISP) da AMAGGI, a maior empresa de grãos e fibras do Brasil.

A FALM é pautada pela Política e Investimento Social Privado<sup>1</sup> que estabelece a forma como realiza seus investimentos em projetos sociais nas localidades prioritárias. A partir das disposições dessa Política, a companhia faz o repasse espontâneo de recursos financeiros para que a FALM realize a gestão.

A Fundação tem sede em Cuiabá (MT) e duas filiais, uma em Rondonópolis (MT) e outra em Itacoatiara (AM), e atua com projetos em municípios de abrangência da AMAGGI. Sua estrutura de governança é composta por um Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Diretor. O Conselho Diretor é composto por Diretoria Executiva e Gerência de Operações, distribuída em diferentes setores: Administrativo, Comunicação, Contábil, Financeiro e Recursos Humanos, Programas e Projetos.

Seu surgimento deu-se com o objetivo inicial de construir o Hospital e Maternidade Renato Sucupira, em Sapezal (MT). Após essa intervenção, a FALM manteve atuações na forma de apoios pontuais para comunidades, até iniciar, em 2004, os primeiros projetos sociais de maneira mais estruturada. A partir de 2007, passou a ampliar o escopo dos projetos e a rede de parceiros, englobando os temas de meio ambiente, assistência social, educação e geração de renda.

Em 2013, a FALM revisitou sua estratégia de atuação e optou por uma mudança de nome, passando a incluir “Lucia Maggi”, uma forma de homenagear uma das responsáveis por contribuir para a criação da FALM. Em 2018, foi realizada uma segunda revisão estratégica, norteadas por uma atuação profissional com metas mais ambiciosas, com a visão de transformar pessoas e comunidades para o desenvolvimento sustentável.

Ao aproximar-se dos 25 anos de atuação, a FALM identificou um maior potencial para contribuir com os compromissos do Posicionamento Global de Sustentabilidade da AMAGGI<sup>2</sup> e alcance das metas ESG para 2030, divulgadas pela empresa em setembro de 2021. O foco está nas oportunidades de geração de valor compartilhado, conceito que considera práticas que desenvolvem comunidades socialmente e, ao mesmo tempo, contribuem para o aumento da competitividade da companhia, acompanhando as tendências de evolução do Investimento Social Privado<sup>3</sup>.

No início de 2022, a FALM realizou um diagnóstico, a partir da análise de documentos e consultas com a participação de áreas-chave da empresa e parceiros estratégicos externos, para identificar oportunidades e desafios sociais rumo a um direcionamento mais estratégico dos investimentos, gerando maior impacto e retorno social. Com esse processo de escuta, somado a um mapeamento e diagnóstico das comunidades, a FALM identificou hipóteses de geração de valor compartilhado e reestruturou a sua Teoria da Mudança que, desde então,

---

<sup>1</sup> <https://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Politica-de-Investimento-Social-Privado-2022.pdf>

<sup>2</sup> <https://www.amaggi.com.br/estrategia-esg/>

<sup>3</sup> Creating Shared Value - Harvard Business Review. Em: <https://www.communitylivingbc.ca/wpcontent/uploads/2018/05/Creating-Shared-Value.pdf>



apresenta os resultados de curto, médio e longo prazos esperados conforme a nova configuração, e a estratégia proposta para alcançá-los, o que deve guiar a organização nos próximos anos. Mais detalhes estarão mencionados no item 22 deste relatório.

A Instituição possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

São finalidades Institucionais estatutária, conforme artigo 3º:

- I. Estimular pesquisas e estudos nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social, da educação e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, desenvolvimento humano e local, com reflexos na comunidade em geral;
- III. Apoiar e incentivar ações, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;
- IV. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências sobre temas relacionados ao interesse do investimento social privado;
- V. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas sociais, dentro de seu escopo de atuação, apoiando, reconhecendo e/ou premiando as melhores práticas para que se fortaleçam no processo de trabalho de impacto nas comunidades em que atuam;
- VI. Realizar e formalizar parcerias de colaboração ou convênios com instituições congêneres ou afins, viabilizando projetos e atividades, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes, informativas e quaisquer outros correlatos a tais atividades.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2022, a Instituição seguiu a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que altera artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

## **3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - NBC ITG 2000)**

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

#### **4. BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

#### **5. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **6. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda crédito de liquidação duvidosa estimada para:
  - \* Vida útil dos ativos - Nota 9.d
  - \* Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - Nota 9.e
  - \* Provisões e contingências - Nota 9.f
  - \* Ajuste a valor presente - Nota 9.j
  - \* Reconhecimento de receita - Nota 9.l

#### **7. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

#### **8. CRITÉRIOS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

## 9. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

**b) Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

**c) Ativo Circulante Mantido para Venda ou Descontinuado** – A Fundação classifica um ativo ou o grupo de ativos mantido para venda quando esse estiver disponível para venda ou doação imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. Com isso, a sua venda ou doação deve ser altamente provável. Assim, a entidade classifica um ativo não circulante como mantido para venda ou descontinuado se o seu valor contábil vai ser recuperado por meio de transação de venda ou se aprovado pelo órgão interno deliberativo juntamente validado com o Ministério Público a doação do imobilizado.

**d) Imobilizado** – Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Entidade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações dos resultados.

**e) Redução ao valor Recuperável de Ativos** – A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de

testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

**f) Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**g) Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

**h) Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos **adquiridos** pelos colaboradores até a data do balanço.

**i) Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

**j) Ajuste ao valor Presente** – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

**k) As Despesas e as Receitas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

**l) Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

**m) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

**n) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** – A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

**o) Trabalho Voluntário** – A ITG 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

## 10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

<b>Contas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Bancos-Conta Movimento	77.243,95	54.870,27
Aplicações Financeiras	14.805.355,53	11.996.567,73
Fundo Fixo	3.648,21	4.061,07
<b>Saldos Totais em Reais</b>	<b>14.886.247,69</b>	<b>12.055.499,07</b>

## 11. CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e adiantamento de férias, segue valores:

<b>Contas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Adiantamento a Empregados	7.239,56	4.516,76
Adiantamento a Fornecedores	0,00	18,70
Impostos a Recuperar	1.141,88	0,00
<b>Saldos Totais em Reais</b>	<b>7.239,56</b>	<b>4.535,46</b>

## 12. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

<b>Contas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas Antecipadas	8.826,95	6.108,66
<b>Saldos Totais em Reais</b>	<b>8.826,95</b>	<b>6.108,66</b>

## 13. ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear para perdas por imparidade, quando aplicável.

Adicionalmente, a FALM verificou que não havia a existência de indicadores de que os ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável ou que houvesse alteração na vida útil determinada para cada ativo, conseqüentemente, não houve alterações relevantes da vida útil estimada e não foi identificado perda de valor recuperável destes ativos.

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2022	Adições	(Baixas)	2021
Máquinas e Equipamentos	33	6,67%	54.092,48	26.710,00	(6.716,96)	27.182,48
Equipamentos de Informática	95	20%	223.830,33	2.568,90	(2.236,18)	223.497,61
Móveis, Eletrod. e Utensílios	61	6,67%	43.803,97	-	(821,93)	44.625,90
Equipamentos Audiovisuais	78	100%	54.450,62	-	-	54.450,62
(-) Depreciação Acumulada			(295.932,07)	-	-	(279.608,41)
<b>Imobilizado líquido, em reais</b>			<b>80.245,33</b>			<b>70.148,20</b>

  

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2022	Adições	(Baixas)	2021
Software	21	20%	58.330,63	-	-	58.330,63
(-) Amortização Acumulada			(57.999,31)	-	-	(55.160,59)
<b>Intangível líquido, em reais</b>			<b>331,32</b>			<b>3.170,04</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>			<b>80.576,65</b>			<b>73.318,24</b>

#### 14. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2022	2021
<b>Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.</b>	<b>44.315,32</b>	<b>37.968,23</b>
Fornecedores	44.315,32	37.968,23
<b>Obrigações Trabalhistas e Sociais</b>	<b>74.869,85</b>	<b>61.597,12</b>
Salários	1.671,75	15,00
FGTS	12.288,38	10.812,95
INSS	35.707,72	34.125,95
PIS	1.966,40	1.690,57
IRRF	23.235,60	14.952,65
<b>Provisões Trabalhistas</b>	<b>165.019,69</b>	<b>112.720,83</b>
Férias	122.691,42	83.189,01
Encargos sobre Férias	42.328,27	29.531,82
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>3.596,04</b>	<b>10.579,35</b>
COFINS a Recolher	282,24	0,00
IRRF	690,10	2.271,21
ISS a Recolher	361,59	244,03
PIS/COFINS/CSLL	2.262,11	7.200,57
Impostos Veicular	0,00	863,54
<b>Total em reais</b>	<b>287.800,90</b>	<b>222.865,53</b>

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, subtraído o Superávit do exercício de R\$ 2.779.635,93 (dois milhões, setecentos e

setenta e nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

## **16. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste do Patrimônio de Avaliação Patrimonial faz parte Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado. Assim, o saldo refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído dos ativos, o qual é realizado por baixa e/ou depreciação dos bens que deram origem ao ajuste.

## **17. RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Superávit do exercício de 2022 foi de R\$ 2.779.635,93 (dois milhões, setecentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

## **18. COBERTURA DE SEGUROS**

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a FALM efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores referentes aos Prêmios de seguros contratados contra eventuais sinistros de qualquer natureza, são registrados como Despesas Antecipadas a serem apropriados nas contas de resultado, de acordo com o período de cobertura das apólices.

## **19. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA**

A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

## **20. DOAÇÕES RECEBIDAS**

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme estão previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º. Segue abaixo o demonstrativo de receitas:

<b>Conta Contábil</b>	<b>Descrição</b>	<b>2022</b>
3.1.01.01	Doações Nacionais	6.524.149,29
3.1.01.02	Doações Internacionais	10.335,87
3.1.01.04	Voluntariado	253.518,04
<b>TOTAL</b>		<b>6.788.003,20</b>

## **21. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)**

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Conta Contábil	Descrição	2022
3.1.02	Outras Receitas	106.311,89
3.2	Outras Receitas Não Operacionais	-
4.2	Outras Despesas	-
<b>TOTAL</b>		<b>106.311,89</b>

## 22. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Em constante evolução, a FALM acompanha as tendências do Investimento Social Privado no Brasil. Em 2022, após a realização de diagnóstico, a partir da análise de documentos e consultas com a participação de áreas-chave de seu time e parceiros estratégicos externos, a FALM identificou oportunidades e desafios sociais rumo a um direcionamento ainda mais estratégico dos investimentos, gerando maior impacto e retorno social.

Com esse processo de escuta, somado a um mapeamento e diagnóstico das comunidades, a Fundação reestruturou sua Teoria da Mudança – a qual apresenta os resultados de curto, médio e longo prazos esperados, bem como as estratégias propostas para alcançá-los, o que deve guiar a organização nos próximos anos.

Por meio da sua Teoria de Mudança, a FALM consolida a visão de que, investir nos aspectos críticos do desenvolvimento local, como o acesso ao trabalho decente, educação de qualidade e geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, torna-se, não só algo que beneficia a comunidade, mas também promove um ambiente mais favorável para a economia local.

### Teoria da Mudança

Metodologia aplicada pela FALM desde 2021 e que torna visível o caminho necessário, nos curto e médio prazos, para promover uma mudança real no longo prazo. O principal objetivo é nortear iniciativas para os resultados a serem alcançados até 2025. Com isso, a Fundação poderá contribuir para o desenvolvimento local e humano, transformando pessoas e tornando as comunidades mais justas e sustentáveis.

Após uma escuta de diversas áreas estratégicas da AMAGGI e da validação com seus próprios grupos de trabalho, que assim como a FALM visualizam que essa estratégia contribui para a redefinição da produtividade na cadeia de valor e do desenvolvimento de clusters locais, a Fundação reorganizou seu portfólio e lançou o programa Crescendo com o Local.

### 22.1 PROGRAMA CRESCENDO COM O LOCAL

Para alcançar os resultados e gerar os impactos positivos esperados a partir de intervenções qualificadas e planejadas, a FALM estruturou, em 2022, o programa Crescendo com o Local, dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São quatro frentes-chave: Agricultura Familiar, Empreendedorismo, Qualificação Profissional e Empregabilidade e Fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil (OSCs).



### **22.1.1 AGRICULTURA FAMILIAR**

Em 2022, a FALM deu início a sua atuação nessa frente, com o objetivo de fortalecer e incluir a agricultura familiar na economia dos territórios.

Nesse sentido, a Fundação atua no combate às principais causas da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental das famílias rurais, buscando caminhos para que a agricultura familiar seja fortalecida na economia dos territórios e reconhecida como um setor econômico imprescindível para a segurança alimentar e nutricional do país

Um dos eixos trabalhados no âmbito desta iniciativa têm a intenção de incluir agricultores familiares na cadeia de mercados privados.

A partir de levantamentos realizados pela FALM, foi possível identificar demandas por gêneros alimentícios em cerca de 11 restaurantes locais nas unidades da AMAGGI, para abastecimento local, que pode vir a ser proveniente da agricultura familiar.

O primeiro piloto do projeto foi implementado a partir de setembro de 2022, em Itacoatiara (AM) município prioritário para a FALM empresa.

Com o objetivo de firmar parcerias inicialmente para o abastecimento de alimentos para o restaurante da AMAGGI local, após levantamentos e consultas iniciais, FALM realizou a seleção de três associações e uma cooperativa da agricultura familiar. Atualmente, a AMAGGI mantém um refeitório que atende cerca de 750 colaboradores que trabalham nas atividades do terminal; porto; operações de beneficiamento; fábrica, estaleiro; escritório e armazém. Ao todo, o refeitório serviu em 2021 cerca de 187 mil refeições- o que representa 6,38% em relação ao total de refeições servidas pela companhia naquele ano (Dados internos, ano base 2021).

As ações voltadas ao abastecimento alimentar de restaurantes como esse pretendem contribuir para impulsionar a comercialização e a renda de pequenos produtores da região, que fazem parte, em sua maioria, de comunidades indígenas e tradicionais.

Como próximo passo, a FALM pretende aprofundar o diagnóstico sobre a situação local e fortalecer institucionalmente as organizações, por meio de oficinas participativas com as lideranças, formações, bem como suporte no planejamento e na comercialização dos produtos e auxílio na implementação de orçamentos e negociações.

Em 2022, também houve o mapeamento de organizações da agricultura familiar produtoras de oleaginosas, nos estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, a fim de auxiliar a FALM no desenho e implementação de projetos que contribuam para a inclusão de agricultores familiares no âmbito do Selo Biocombustível Social.

### **22.1.2 EMPREENDEDORISMO**

O subprograma de Empreendedorismo busca contribuir para a inclusão produtiva e geração de trabalho e renda para pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. Os projetos podem focar no desenvolvimento e inclusão de fornecedores locais na cadeia de valor de mercados privados e no desenvolvimento de negócios comunitários, de organizações e coletivos.

Em 2022, a FALM deu início ao mapeamento de possíveis ações a serem realizadas no âmbito da iniciativa. O reaproveitamento de resíduos, por exemplo, foi identificado como uma das frentes de atuação, inicialmente em uniformes da AMAGGI - uma oportunidade para melhorar processos da empresa e gerar renda e trabalho. Um possível piloto terá como foco

o upcycling, que é a fabricação de novas peças de maior valor, uso ou qualidade, com o aproveitamento de resíduos e produtos como descartados têxteis.

Ao longo do ano, também foram realizados levantamentos das compras e aquisições de uniformes, durante 2021, por cinco áreas da companhia. Foi identificado que o setor do agronegócio concentra alta demanda por uniformes e grande potencial de descarte. Além disso, a maior demanda ocorre em Sapezal (MT). Em novembro, junto à Diretoria de Gente, a FALM determinou que o piloto será desenvolvido nesse município, envolvendo as operações da AMAGGI.

### **22.1.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE**

A iniciativa promove a inclusão socioeconômica ao oportunizar empregos e profissionais qualificados, fomentar parcerias locais com empresas e incentivar a diversidade e inclusão no mercado de trabalho. A partir de levantamentos realizados pela FALM e diálogos com a Diretoria de Gente e Gestão, foram definidas as prioridades de atuação, com foco na microrregião do Parecis (MT), abrangendo os municípios de Campo Novo do Parecis e Sapezal (MT).

O subprograma passou a ser composto por quatro projetos: Formação Conectada e Agrocomputação, e outros dois projetos a iniciar, sendo um na Vila Itanorte e outro na região do Parecis. A FALM também apoia a iniciativa "Novos Rumos", do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), que incentiva projetos de qualificação profissional.

#### **22.1.3.1 Agrocomputação - (FATEC Senai MT)**

O projeto contribui para ofertar o acesso e a permanência de jovens de 18 a 25 anos no ensino superior, no curso de Agrocomputação da Fatec Senai MT, por meio da concessão de bolsas de estudo e auxílio financeiro. Até 2022, a FALM em parceria com a AMAGGI, mantiveram oito bolsistas: cinco no campus de Cuiabá (MT) e três no campus de Rondonópolis (MT).

No mesmo ano, a Fundação realizou palestras e visitas técnicas para as turmas dos dois campi, com a participação de coordenadores do agro, a fim de estimular a conexão dos jovens com a agricultura digital. Como resultado de 2022, três bolsistas egressos foram efetivados na AMAGGI, sete estágios em fazendas da companhia foram confirmados para 2023 e houve um aproveitamento de 89% no desempenho acadêmico dos bolsistas. Outro destaque, foi a doação realizada pela AMAGGI de equipamentos de agricultura digital para o curso de Agrocomputação da FATEC.

#### **22.1.3.2 Formação Conectada**

O projeto Formação Conectada visa realizar melhorias no campo e na educação por meio da conectividade 4G, aliando educação tecnológica com a qualificação profissional. O piloto começou a ser implementado em 2022 no município de Campo Novo do Parecis (MT), com dois eixos: aperfeiçoamento profissional e formação de educadores.

Ao longo de 2022, houve a capacitação de 74 operadores de máquinas da fazenda, no eixo de aperfeiçoamento profissional, e tiveram início as ações do eixo da educação básica, a partir da formalização do projeto junto à Seduc-MT, e da realização de diagnósticos de conectividade e educacional, além de um Plano de Ação Participativo.

#### **22.1.3.3 Novos Rumos – Parceria com o BNDS**

Em agosto, a FALM se aliou a outras grandes organizações para se tornar parceira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na iniciativa Novos Rumos, um matchfunding voltado à qualificação profissional. O objetivo é incentivar projetos nas temáticas de indústria 4.0, tecnologia da informação e qualificação verde dirigidos a pessoas em condição de vulnerabilidade social de todo o país. Os projetos também podem ter horas dedicadas ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além da FALM, outras nove empresas participam da parceria: Abiogás, Ânima Educação, Cedae, Energisa, iFood, Norte Energia, TIM, Totvs e XP.

Um edital para selecionar a organização sem fins lucrativos responsável por gerir e operacionalizar a ação já foi lançado em 2022 e o escolhido foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)

#### **22.1.4 FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

A iniciativa de Fortalecimento de Organizações Sociais visa ampliar a capacidade organizacional de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), por meio de editais de incentivo financeiro, formações, mentorias e outras ações de fortalecimento institucional. A FALM pretende formar, engajar e fortalecer esses atores para que atuem como protagonistas em suas comunidades e contribuam para melhorar a realidade local.

Durante o ano, houve o repasse de R\$ 927.500,00 para OSCs selecionados nas linhas de incentivo do edital da FALM. Os investimentos, somados às formações no ano anterior, contribuíram para o fortalecimento institucional. Ao longo de 2022, ofertamos mentorias coletivas e individuais para as OSCs e os conselhos municipais e acompanhamos a execução e prestação de contas dos projetos. Os temas apoiados foram: estrutura e tecnologia, regularização administrativa, financeira e fiscal, aprimoramento da gestão e redes de conhecimento.

Outra frente de trabalho foi o fortalecimento dos Conselhos Municipais que, juntamente com as organizações sociais, desempenham um papel relevante na garantia da democracia participativa e no acesso às políticas públicas e direitos sociais.

### **22.2 AÇÕES INSTITUCIONAIS**

#### **22.2.1 Rede de Investidores Sociais de Mato Grosso (RIS-MT)**

A Rede de Investidores Sociais de Mato Grosso (RIS-MT) é uma articulação feita em parceria com o GIFE para ampliar as discussões de investidores sociais a respeito de ações filantrópicas e de investimento social empresarial em Mato Grosso.

Em 2022, houve a realização de cinco encontros presenciais, com a participação de 54 organizações. Destaca-se também a execução da Formação Básica em Investido Social Privado, que promoveu a troca de experiências entre os investidores sociais sobre os principais conceitos, temáticas e tendências da filantropia no Brasil. Participaram 27 profissionais de instituições integrantes e não integrantes da RIS-MT. Como resultado desses eventos, o número de instituições-membro da RIS passou de 4 para 13 em 2022.

#### **22.2.2 Ações de Apoio à Rede de Proteção de Itacoatiara-AM**

A ação visa contribuir para a aplicação e efetivação da Lei n.º 13.431/2017, por meio da mobilização da rede de proteção local para uma atuação mais integrada, com apoio à elaboração e implementação de fluxos e protocolos de atendimento, prescritos na referida lei, a crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso sexual.

Em 2022, a FALM realizou reuniões de articulação e apresentação da ação para o juiz e promotora da infância e Juventude de Itacoatiara, além de uma participação e apresentação da Ação de Apoio à Rede de Proteção na 11º Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itacoatiara.

Além disso, houve o lançamento oficial dos novos fluxos e protocolos de atendimento para os principais órgãos do município, totalizando 14. No final do ano, a Fundação também participou do 16º Encontro Anual na Mão Certa, da Childhood Brasil, e apresentou para o público os resultados da ação em Itacoatiara.

### **22.2.3 Projeto de Destinação do Imposto de Renda Devido - Clique do Bem**

A partir de uma parceria entre a FALM e a AMAGGI, a campanha Clique do Bem é uma ação interna que ocorre desde 2021 para promover a cultura de doação por meio do imposto de renda, com desconto na folha de pagamento. Atualmente, o valor doado é direcionado ao Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) de Cuiabá.

Como destaque, em 2022, a FALM realizou um encontro de tira-dúvidas remoto para apresentar a proposta da campanha, com a participação de 58 colaboradores e de duas colaboradoras convidadas; fortaleceu a campanha de comunicação, com a produção de vídeos divulgação de peças de comunicação na Intranet, amaggiplay, disparo constante de e-mails, e apoio dos vagalumes. O ano finalizou com a adesão de 32 colaboradores que juntos destinaram aproximadamente 29 mil reais ao FDCA de Cuiabá.

### **22.2.4 Outras Ações Pontuais / Contínuas**

Neste grupo são classificados os investimentos relacionados à apoios pontuais e/ou parcerias contínuas que fazem parte da história da FALM e que são importantes serem mantidas, como por exemplo o apoio ao Hospital Renato Sucupira de Sapezal – MT, apoios a organizações como a Creche e APAE de Rondonópolis, entre outros investimentos pontuais realizados.

## **23. INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO**

A situação econômica da FALM é monitorada regularmente. A principal fonte de arrecadação da Fundação é o percentual do lucro de sua mantenedora, repassado anualmente. Há ainda rendimentos de aplicações financeiras e doações de outras empresas e pessoas físicas. Neste ano a FALM recebeu um aporte de R\$ 6.534.485,16. A cada recebimento de recurso, o Conselho Diretor tem como responsabilidade avaliar as modalidades de aplicações financeiras, negociando melhores taxas de rentabilidade do mercado e, a partir disso, levar para deliberação do Conselho Curador.

O orçamento da FALM é gerido a partir de planos anuais, que descrevem as ações e atividades dos projetos a serem desenvolvidos naquele período. A gestão baseia-se em cálculos que consideram os recursos financeiros já aplicados e a estimativa de doação da AMAGGI para os próximos anos. Dessa forma, é possível prever o fluxo de caixa.

Paralelamente ao seu processo orçamentário, todos os colaboradores são incentivados a avaliar e incrementar a eficiência do uso dos recursos em cada projeto. O gerenciamento administrativo, financeiro, contábil e patrimonial da FALM é realizado por um sistema ERP. Os profissionais também utilizam outras ferramentas para o gerenciamento de recursos e projetos.

Em 2022, a FALM registrou o total de R\$ 5.886.934,81 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos) em projetos e ações. A seguir, apresentamos o investimento realizado segregado por Centros de Custos que correspondem às frentes de trabalho mencionadas acima:

### Resumo do Investimento realizado

Código	Descrição do Centro de Custo	2022 - (R\$)	2021 - (R\$)
00.6.001	Ag. De desenvolvimento Local Sustentável	-	423,98
00.7.003	Espaço coletivo - Tecnologia Social	-	2.213,36
00.8.004	Foco no Local - Itacoatiara - AM	-	2.428,57
00.8.005	Foco no Local - São Félix do Araguaia - MT	-	2.428,57
00.8.006	Foco no Local - Rondonópolis - MT	-	2.428,57
00.8.007	Foco no Local - Porto Velho - RO	-	2.428,57
00.9.001	Creches Rondonópolis	14.000,00	14.000,00
00.9.002	APAE Rondonópolis	16.000,00	16.000,00
00.9.003	Hospital Renato Sucupira (SAPEZAL)	30.000,00	30.000,00
00.9.006	Apoio Extras	2.976,34	-
0.10.001	Administrativo	133.497,12	250.741,87
0.10.002	Espaço coletivo - Itacoatiara - AM	226.916,16	60.013,89
0.10.003	Espaço coletivo - Rondonópolis - MT	10.237,35	49.603,32
0.10.004	Espaço coletivo - Cuiabá - MT	174,04	282,84
0.10.005	Governança	57.505,70	51.601,72
0.10.006	Programa Estratégico de Comunicação	269.341,28	189.920,66
0.10.007	Programa de Voluntariado	253.518,04	135.283,72
0.10.008	Projeto de Cap. De Recursos   Destinação de IRRF	5.127,51	21.463,03
0.10.009	Projeto RIS - Rede de Investimento Social Privado	122.917,89	106.667,63
0.10.010	Ação de Apoio a Implementação da Rede de Pro	104.017,40	29.680,00
0.10.011	Advocacy	75.220,90	56.158,18
0.10.012	Gestão de Programas e Projetos	62.202,48	52.714,27
0.11.001	Folha de Pagamento - Administrativo/Corporativo	805.400,84	645.714,94
0.11.002	Folha de Pagamento - Gestão de Projetos	1.098.992,40	955.318,99
0.11.003	Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Itacoatiara - AM	83.310,21	69.393,71
0.11.004	Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Rondonópolis - MT	-	7.379,44
0.13.	Incentivo Emergencial	-	124.898,93
0.14.	Programa Fortalecer para Desenvolver	1.923.094,60	317.235,97
0.15.	Programa Valor Compartilhado e Negócios Inclusivos	592.484,55	457.143,28
0.16.	Ação Emergencial Institucional	-	11.827.884,25
<b>Total Geral</b>		<b>5.886.934,81</b>	<b>15.481.452,26</b>

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2022.

**Belisa Souza Maggi**

Presidente do Conselho Diretor

CPF: 042.697.239-20

**Juliana de Lavor Lopes**

Diretora Executiva

CPF: 073.251.377-45

**Aline de Souza Saviczki**

Contadora - CRC-MT 017668/O-8

CPF: 009.611.561-04

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Ilmos. Senhores Diretores e Administradores da  
**Fundação André e Lucia Maggi**  
Cuiabá – MT

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação André e Lucia Maggi**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação André e Lucia Maggi**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação André e Lucia Maggi**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Fundação André e Lucia Maggi**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Fundação André e Lucia Maggi**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Fundação André e Lucia Maggi**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação André e Lucia Maggi** a não mais se manter em continuidade operacional.



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2023.

### **R&R AUDITORIA E CONSULTORIA**

CRC/MG n° 5.198-02

CVM 8460



Régis Monteiro Ferreira  
CONTADOR  
CRC/MG n. ° 67.409